

## Debates foram retomados no turno da tarde

Os trabalhos foram reiniciados com o painel 'O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial no Rio de Janeiro'. Em nova apresentação, Andrea Amin apontou dificuldades na investigação e no tratamento dados às mortes decorrentes de intervenção policial. "Isso ocorre, em boa parte, pelo fato de as mortes por intervenção policial não serem vistas como potencial homicídio o que retira, de certa forma, a gravidade do fato, levando a uma investigação pro forma. O desfazimento do local do fato, a não identificação de testemunhas ou informantes são fatores que contribuem para a impunidade", pontuou a coordenadora do GAESP/MPRJ.

Na sequência, Cláudia Türner, promotora do mesmo Grupo, defendeu a atuação do MPRJ em duas frentes. Numa referência territorial, local, junto aos delegados e comandantes dos Batalhões, e também no contexto macro, promovendo debates e provocando adequações nas políticas públicas da área de Segurança. "Dessa forma, podemos ajudar a mudar a cultura de atuação dos policiais e fortalecer o papel do MPRJ como agente regulador qualificado neste controle", defendeu.

Promotor de Justiça da Subprocuradoria-Geral de Planejamento (Subplan/MPRJ), Emiliano Brunet, iniciou sua fala apontando que a atuação do Ministério Público em relação às políticas de Segurança Pública tem sido mais tímida do que deveria ser, em função do próprio desenho institucional de suas funções. E ainda fez um alerta. "Não podemos nos esquecer que o MP faz parte de um Sistema de Justiça Criminal que tem como forte traço o perfil seletivo de raça e renda. Podemos verificar isso ao constatarmos que a massa carcerária do país é constituída por negros e pobres".

Na segunda mesa da tarde, Vanessa Cavallazzi classificou como gravíssimo o cenário da violência policial no Brasil e, em especial, no Rio. "Há municípios brasileiros com taxas de 115 mortos por 100 mil habitantes, o que é um índice de países em guerra. Neste cenário, o Ministério Público precisa repensar sua atuação na esfera criminal, comprometendo-se, sobretudo, a gerar políticas públicas mais eficientes e resolutivas", avaliou a promotora de Justiça do MPSC e ex-membro da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Com trajetória de 35 anos como policial, o coronel da reserva e ex-comandante Geral da PMERJ, Alberto Pinheiro Neto, apontou como possível caminho para combater a violência policial a correição pró-ativa, com a antecipação das investigações. "É preciso ter uma ampla visão sobre as causas e impactos desses fenômenos. Por exemplo, enquanto tivermos governos municipais omissos na ordenação urbana, teremos sempre um grande risco nas operações policiais", disse.

Como medidas para combater a violência policial, foram apontadas a busca do aumento do número de peritos criminais na Polícia Civil, por meio de concurso público; o fortalecimento do MP como articulador e indutor de políticas públicas na área de Segurança; a capacitação, elaboração e divulgação de uma nova linha de atuação para policiais; e a capacidade de gerar e interpretar dados.

A última mesa da tarde reuniu Sydney Roberts, administradora-chefe do Escritório Civil de Polícia de Chicago (COPA), nos Estados Unidos, e Terrence Williams, comissário do Independent Commission on Investigations (INDECOM), da Jamaica. O COPA investiga os disparos de policiais envolvidos, mortes sob custódia ou resultado de ação policial, bem como

todas as queixas de força excessiva, busca e apreensão ilegais, violência doméstica, negação de identidade, aconselhamento, coerção e abuso verbal baseado em sexo e raça. O INDECOM, por sua vez, iniciou suas operações em abril de 2011, com imediato impacto na redução da taxa de homicídios, através de investigações autônomas.

A mesa contou com a mediação de Todd Foglesong, professor da Munk School of Global Affairs and Public Policy. Em suas palestras, Sydney e Terrence apresentaram os modelos de processo de controle da atividade policial em suas instituições, tendo um ponto em comum: tanto na cidade norte-americana, quanto no país da América Central, os órgãos de controle foram criados após casos de violência policial de grande repercussão local. E, como diferencial em relação à realidade brasileira, a COPA e o INDECOM têm acesso direto aos casos de abusos que envolvem policiais, e podem produzir suas próprias investigações, sem sofrerem influência ou interferência da polícia.

As atividades do primeiro dia do evento foram encerradas com a participação do procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem. “Há uma frase que gosto sempre de mencionar, que é ‘o que nos trouxe até aqui não nos levará adiante’. Por tudo o que ouvimos, fica claro que precisamos refletir sobre formas de atuação. Pudemos constatar que existem dúvidas, até mesmo nos países mais modernos, sobre como conduzir as políticas de Segurança. O que dizer, então, da realidade do Rio de Janeiro, onde hoje assistimos ao fenômeno das milícias, que ocupam um espaço que deveria ser do poder público”, iniciou o PGJ.

“Cabe ao MPRJ o desafio de se reposicionar neste momento. Neste propósito, criamos quatro estruturas muito importantes: o CENPE/MPRJ, para o desenvolvimento de pesquisas; o Laboratório de Inovações (Inova/MPRJ), para a busca de soluções inovadoras; a plataforma digital MP em Mapas, com dados georreferenciados sobre as áreas de atuação ministerial; e o Instituto de Educação do MPRJ, voltado para a disseminação do conhecimento. Também neste sentido, adotamos em nossa gestão a linha de governos abertos, com base em valores como transparência, integridade, participação cidadã, tecnologias e inovação – que consideramos atalhos para chegarmos mais rapidamente às soluções para as demandas sociais”, concluiu.